

# Recesso gera polêmica

Algumas vozes influentes do Senado estão dando razão a seu presidente, senador José Sarney, quando ele se recusa a invadir o recesso parlamentar de julho, sem que haja para isso uma convocação extraordinária do Congresso. O senador pernambucano Roberto Freire, do PPS, diz se que a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) não for aprovada até 30 de junho, somente ela e mais nenhuma matéria poderá ser apreciada no período de prorrogação dos trabalhos do Congresso. O senador e jurista Josaphat Marinho, do PFL, tem opinião idêntica. Quando se lembra que há precedentes para justificar ato semelhante, ele responde com a seguinte afirmação: "Precedentes ilegais não firmam jurisprudência".

Ainda ontem pela manhã, numa roda em que estavam presentes os senadores Lúcio Alcântara, Geraldo Melo, Ney Santana e José Inácio, com exceção deste último, todos os demais eram contra ao emprego do pretexto da LDO para justificar a votação pelo Senado, no dia 3 de julho, da emenda das telecomunicações. O argumento de Geraldo Melo, do PSDB do Rio

Grande do Norte, era o de que, tratando-se da matéria da maior relevância nacional, como emenda constitucional, seria arriscado para a credibilidade do Governo e do Congresso tomar uma decisão que suscita polêmica e gera dúvidas jurídicas e que mais tarde poderia ser anulada pela Justiça. "Por que fazer isso se é só para ganhar três dias?", perguntou-se. No entender de vários senadores o natural teria sido o Governo arrostar com todos os ônus e convocar extraordinariamente o Congresso para votar as emendas constitucionais ainda pendentes de apreciação pelo Senado, em virtude da importância de que se revestem todas elas para a vida nacional. O Presidente da República só não tomou essa iniciativa com receio de ser mal compreendido pela opinião pública, dado que com a convocação extraordinária o Governo seria obrigado a pagar ajuda de custo aos parlamentares. O senador Lúcio Alcântara, do PSDB do Ceará, acha que a convocação era imprescindível, porque com o recesso de julho são grandes os riscos dos senadores retornarem a Brasília em agosto com suas opiniões modificadas sobre as emendas constitucionais.